

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
RELATIVA AOS
CINCO FORMULÁRIOS NORMALIZADOS QUE ACOMPANHAM O
PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO DAS SANÇÕES PECUNIÁRIAS
TRANSFRONTEIRAS PREVISTO NA DECISÃO-QUADRO 2005/214/JAI DO
CONSELHO

A Decisão-Quadro 2005/214/JAI do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias¹ (a «Decisão-Quadro»), data de 24 de fevereiro de 2005. O instrumento permite que uma autoridade judiciária ou administrativa transmita uma sanção financeira diretamente a uma autoridade noutro Estado-Membro da UE e que a sanção seja reconhecida e executada sem necessidade de qualquer outra formalidade. O procedimento aplica-se principalmente às situações em que é aplicada uma coima a uma pessoa que não seja residente no país da UE onde a infração foi cometida e abandona, posteriormente, esse país sem pagar a coima. A data da entrada em vigor da Decisão-Quadro foi fixada em 22 de março de 2007. A partir de 2017 quase todos os Estados-Membros aplicaram a Decisão-Quadro e centenas de milhares de processos estão a ser anualmente transferidos entre os diferentes Estados-Membros.

Ao transmitir a decisão que impõe a sanção pecuniária, o Estado de emissão deve apresentar um certificado (em anexo à Decisão-Quadro), na língua do Estado-Membro que executa a decisão. O certificado deve conter todas as informações pertinentes que permitam ao Estado reconhecer e executar a decisão. Um dos princípios da Decisão-Quadro é que os processos são transferidos diretamente de uma autoridade competente de um Estado-Membro para a autoridade competente de outro Estado-Membro. A Decisão-Quadro prevê, em vários casos, que estas autoridades precisam de ser consultadas ou informadas mutuamente durante o processo (por exemplo, artigos 7.º, 9.º, 11.º, 12.º e 15.º da Decisão-Quadro). No entanto, a Decisão-Quadro não prevê regras para o regime linguístico em são realizados esses contactos.

A experiência dos últimos anos demonstrou a necessidade de outros tipos de formulários normalizados a fim de facilitar a troca de informações sobre os casos concretos entre as autoridades responsáveis. Qualquer pedido de sanção financeira transfronteiras conduz normalmente a, pelo menos, duas cartas de seguimento por parte do Estado de execução ao Estado de emissão, nomeadamente uma mensagem de que o processo foi recebido/aceite e uma mensagem com o resultado final da execução. Alguns processos exigem uma maior troca de informações entre os Estados em causa.

As diferenças de ordem linguística na UE tornam a extensa comunicação ao abrigo da Decisão-Quadro num processo dispendioso e moroso. Em primeiro lugar, devido aos custos de tradução e, em segundo lugar, porque, em geral, leva muito tempo determinar o que significam determinadas comunicações e o tempo que poderá ser necessário para a tradução dos documentos.

¹ JO L 76 de 22.3.2005, p. 16.

Por iniciativa da Alemanha, foi criado um grupo de peritos para preparar alguns formulários normalizados que podem ser utilizados nos processos transfronteiras de sanções financeiras a fim de facilitar o seu reconhecimento e execução, sem necessidade de tradução.

Os cinco formulários normalizados não têm qualquer impacto sobre o conteúdo essencial da Decisão-Quadro, e não têm qualquer efeito normativo. A utilização dos formulários pelas respetivas autoridades nacionais é estritamente voluntária. No entanto, os Estados-Membros são incentivados a promover a utilização dos formulários, o que facilitará o mecanismo para a execução transfronteiras de sanções financeiras estabelecidas no âmbito da Decisão-Quadro e conduzirá a uma redução dos encargos financeiros e administrativos relacionados com o procedimento.

O futuro intercâmbio eletrónico das informações contidas nos formulários também poderá ser ponderado numa fase posterior.

METODOLOGIA DO GRUPO DE PERITOS

Metodologia

Na sua reunião de 13 de abril de 2016 o Grupo de Trabalho do Conselho da União Europeia COPEN sugeriu, por iniciativa da Alemanha, que alguns Estados-Membros formassem um grupo de peritos para debater e elaborar formulários normalizados a fim de facilitar o processo de execução transfronteiras de sanções financeiras. A Comissão Europeia comprometeu-se a participar no trabalho de elaboração e a coordenar o processo.

Ofereceram-se para participar no grupo de redação peritos da Polónia, da Finlândia, da Alemanha e dos Países Baixos. Realizaram-se duas reuniões de peritos em 16 de outubro de 2016 e 22 de novembro de 2016 nas instalações da DG JUST. Estas reuniões serviram para debater ideias e preparar diferentes formulários. O resultado dos trabalhos do grupo de peritos foi apresentado a todos os Estados-Membros, na reunião do COPEN de 16 de dezembro de 2016². Com base nas observações escritas dos Estados-Membros os peritos reformularam o texto dos cinco formulários. A presente *exposição de motivos tem por objetivo explicar o raciocínio subjacente à criação dos formulários e a descrição pormenorizada de cada dos formulários. Deve permitir que os profissionais apliquem os formulários corretamente no seu trabalho quotidiano*. Na reunião do COPEN de 21 de junho de 2017 os formulários foram debatidos e aprovados³.

A abordagem escolhida pelo grupo de peritos tem por base a lógica interna/o sistema da Decisão-Quadro e a sua experiência adquirida em cinco ou mais anos de trabalho prático com base na Decisão-Quadro. O ponto de partida para a elaboração dos formulários foi o processo de execução de uma sanção financeira transfronteiras, com especial atenção para as informações necessárias a uma execução bem sucedida e a troca de informações exigida entre o Estado de emissão e o de execução.

Por que razão existem cinco formulários?

Os cinco formulários foram criados para dar resposta às diferentes necessidades de informação que surgem durante o processo de execução. Embora alguns Estados-Membros convidassem os peritos a ponderar a possibilidade de reduzir o número de formulários, reagrupando alguns aspetos dos diferentes formulários, após reconsideração pelos peritos foi

² Doc. 14898/16 JAI 1007 COPEN 361 EJA 83

³ Doc. 9610/17 JAI 540 COPEN 177 EJA 39

decidido manter os cinco diferentes formulários. O argumento é que os cinco formulários se destinam a diferentes aspetos do processo. Os formulários 1-3 destinam-se a ser os mais frequentemente utilizados. O facto de não incluir todas as informações conexas, em especial as relativas ao procedimento de pagamento, num formulário simplificará o trabalho diário das autoridades competentes. Além disso, a utilização dos formulários não é obrigatória, os Estados-Membros são livres de recorrer à utilização dos formulários como pretendam, em função das suas necessidades.

A fim de facilitar o trabalho diário dos responsáveis pelos processos e a utilização dos formulários, foi decidido disponibilizar os formulários em todas as 23 línguas oficiais da UE.

DESCRIÇÃO DOS FORMULÁRIOS

Formulário 1

Em conformidade com os artigos 11.º, 12.º e 15.º da Decisão-Quadro, a autoridade competente do Estado de emissão deve fornecer determinadas informações à autoridade competente do Estado de execução. Para tornar mais fácil essa comunicação o grupo de peritos sugere a utilização do formulário 1. Os dois pontos principais são o pagamento voluntário (parte d) e a cessação total ou parcial da execução (parte e).

Formulários 2 (reconhecimento total) e 3 (execução total)

Os formulários 2 e 3 compreendem as duas mensagens mais utilizadas ao abrigo da Decisão-Quadro, a saber, o reconhecimento total e a execução total. Esta é também a razão pela qual estes dois formulários aparecem antes dos outros dois formulários (formulários 4 e 5) que abrangem todas as outras hipóteses possíveis.

Formulário 2 (reconhecimento total)

Os formulários 2 e 4 tratam das informações que devem ser fornecidas pelo Estado de execução ao Estado de emissão sobre a decisão de reconhecer e executar a decisão. De acordo com a experiência prática adquirida, na maioria dos casos, as decisões são plenamente reconhecidas (nos Países Baixos, por exemplo, cerca de 97 % dos processos são plenamente reconhecidos). Por conseguinte, foi criado um formulário separado e sobretudo abreviado. Nestes casos, a autoridade competente/central do Estado de execução pode utilizar apenas um formulário, assinalar uma casa, registar o montante em causa e enviar o formulário ao Estado de emissão. Esta operação é fácil de realizar e a pessoa responsável não tem de lidar com todos os outros resultados possíveis do procedimento. Além disso, a autoridade competente do Estado de emissão pode ver de uma só vez o que contém a mensagem recebida, ainda que seja na língua do Estado de execução.

Formulário 3 (execução total)

Os formulários 3 e 5 tratam das informações que o Estado de execução tem de prestar ao Estado de emissão sobre o (resultado do) procedimento de execução. Após o reconhecimento, tal como a experiência demonstra, a maioria dos processos são objeto de um pagamento integral. Por conseguinte, para cobrir este elevado número de casos foi criado um formulário abreviado. Tal como no caso do reconhecimento total, a autoridade competente do Estado de execução pode utilizar apenas um formulário, assinalar uma casa, registar o montante em causa e enviar o formulário ao Estado de emissão.

Formulário 4 (reconhecimento parcial e não-reconhecimento total) e 5 (resultado da execução da decisão):

Sendo o reconhecimento total e o pagamento integral cobertos pelos formulários 2 e 3, é necessário cobrir todos os outros eventuais resultados. Por conseguinte, o grupo de peritos criou dois outros formulários, distinguindo claramente entre a fase de reconhecimento (formulário 4) e o processo de execução (formulário 5).

Formulário 4

O formulário refere-se à fase de reconhecimento e abrange todos os outros resultados exceto o reconhecimento total.

A primeira informação prestada (parte d.1 e d.2) é a mais importante: Qual foi o resultado do processo de reconhecimento – recusa total do reconhecimento ou reconhecimento parcial? – e, no caso do reconhecimento parcial: montante para o qual foi reconhecida a decisão.

A pergunta seguinte é, então, por que razão a decisão não foi plenamente reconhecida. Por conseguinte, o formulário 4 enumera os diferentes motivos para o não reconhecimento total ou parcial:

- O formulário 4 enumera os motivos de recusa enunciados no artigo 7.º e no artigo 20.º, n.º 3, da Decisão-Quadro (parte d.3).
- Outros motivos de recusa, com exceção dos enumerados no artigo 7.º e no artigo 20.º, n.º 3, da Decisão-Quadro, tal como a morte da pessoa em causa, figuram na parte d.4. Quando é aplicável um destes motivos, não existe formalmente qualquer razão (residência ou rendimentos no Estado de execução) para transferir o caso para o Estado de execução (artigo 4.º, n.º 1, da Decisão-Quadro).

Para além da informação de que a decisão foi apenas parcialmente reconhecida poderão existir mais informações sobre a sanção pecuniária reconhecida. Esta informação poderá ser prestada se já estiver disponível na altura da decisão (parte e):

- Alguns Estados de execução pronunciam-se num único ato sobre o reconhecimento de uma decisão estrangeira e sobre a autorização de pagamento em prestações. A informação de que o pagamento em prestações foi autorizado pode ser extremamente valiosa para os Estados de emissão em que a autorização de pagamento em prestações tem um efeito sobre o prazo de prescrição. A parte e.1 responde a este objetivo.
- Nas partes e.2 e e.3 são tidos em conta outros aspetos para compreender por que razão a quantia a ser executada é inferior ao montante total da sanção pecuniária indicada no certificado.

Formulário 5 (resultado da execução da decisão)

Existindo formulários especiais para o reconhecimento total, a execução total e o não reconhecimento integral/parcial é necessário um formulário que abranja todos os outros possíveis resultados da execução – a incluir no Formulário 5.

Existem alguns Estados de execução onde o pagamento em prestações não é autorizado na mesma decisão em que é pronunciado o reconhecimento, sendo tratado numa fase posterior do processo de execução. As informações de que o pagamento em prestações foi autorizado pode ser uma informação extremamente valiosa para os Estados de emissão em que a autorização de pagamento em prestações tenha um efeito sobre o prazo de prescrição. Por

consequente, esta informação é igualmente incluída no modelo 5, mas sob um ângulo diferente (parte d).

Uma vez terminada a execução, as primeiras informações referem-se à data da cessação da execução e aos resultados da execução. Estas informações figuram na parte e.1. e e.2.

Se após o reconhecimento da decisão tiver sido deduzido um montante, essa informação pode figurar na parte e.3.

A parte e.4 indica os motivos para a cessação da execução (outros que não a execução total). A parte e.4 trata dos motivos de cessação enumerados nos artigos 12.º, n.º 2, 11.º, n.º 1, e 9.º, n.º 1, da Decisão-Quadro. Uma vez que o artigo 9.º, n.º 1, da Decisão-Quadro se refere aos motivos para a cessação da execução com base na legislação do Estado de execução esta parte do formulário contém as razões mais comuns para a cessação bem como a possibilidade de mencionar «outras razões».
